



XII ENANPPAS

ANAIIS

Apoio:



Realização:



anppas
Associação Nacional de Pós-Graduação em Sustentabilidade



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

DO PLANEJAMENTO TÉCNICO AO URBANISMO ORIENTADO A OBJETOS: CO-PRODUZINDO ECOLOGIAS URBANAS NO ANTROPOCENO

Evandro Albiach Branco¹; Andrea Oliveira da Silva²

¹ INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, evandro.albiach@inpe.br

² UFScar - Universidade Federal de São Carlos, andrea@estudante.ufscar.br

GT 19: Urbanismo e meio ambiente: soluções para as cidades globais

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a urgência de uma ruptura ontológica com o urbanismo moderno, entendido como tecnologia de purificação que reforça a cisão entre natureza e cultura, eixo central da metafísica ocidental. A partir de ontologias relacionais e insurgentes (Latour, Haraway, Escobar, Stengers) e ao analisar situações urbanas brasileiras marcadas por colapsos e resistências, argumenta-se que o urbanismo moderno poderia ser compreendido como um agente nos processos de intensificação das múltiplas crises encadeadas que, por sua vez, estaria nas bases do que vem se convencendo chamar de Antropoceno, ao consolidar territorialmente a racionalidade técnica. Como alternativa, propõe-se um a construção de um urbanismo orientado a objetos, fundado em múltiplas ontologias e agências, que repense a cidade como ecossistema simbiótico. Mais do que uma metodologia, esta proposta inaugura um campo ético-político de experimentação e escuta, abrindo caminho a um urbanismo insurgente, plural e radicalmente relacional.

Palavras-chave: urbanismo, antropoceno, bifurcação da natureza, virada relacional, ontologia orientada a objetos

Destaques (highlights)

- O urbanismo moderno opera como *metafísica em ato*, uma racionalidade velada de base bifurcada que separa natureza e cultura, e que, ao se materializar nos territórios, produz desigualdades, colapsos e silenciamentos ontológicos.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- No Antropoceno, a intensificação das catástrofes climáticas escancara o esgotamento das bases do urbanismo moderno, cujas ferramentas técnico-normativas falham em lidar com a complexidade e a diversidade ontológica dos territórios.
- Nos interstícios da crise, práticas insurgentes e pluriontológicas de habitar emergem em territórios marginais e insurgentes, que escapam à racionalidade técnica e enunciam modos outros de existir e planejar.
- No Antropoceno, um urbanismo responsivo às transformações de seu tempo deve reconhecer múltiplas agências - humanas e mais-que-humanas - e abandonar a lógica de controle em favor de práticas de escuta, mediação e coabitação na produção do espaço.

INTRODUÇÃO

As transformações planetárias intensificadas no Antropoceno põem em xeque as categorias fundantes da modernidade, como natureza/cultura, técnica/vida, sujeito/objeto, que estruturam não apenas a epistemologia ocidental (LATOUR, 1994; HARAWAY, 2023; ESCOBAR, 2018), mas o urbanismo como campo disciplinar e prática territorial. A separação entre “o mundo natural” e “a sociedade humana” sustenta uma lógica de purificação que, segundo Latour (1994; 2020), sempre foi ilusória, pois os modernos não deixaram de produzir híbridos, apenas ocultaram e negaram sua existência.

Diante da intensificação de eventos climáticos extremos, colapsos socioambientais, crises sanitárias e disputas territoriais, torna-se evidente que o urbanismo hegemônico - pautado em instrumentos técnicos, normas formais e processos de racionalização espacial - não apenas falha em responder à complexidade do presente, como reforça suas assimetrias estruturais (SANTOS, 2006, MARICATO, 2011). As promessas de progresso, controle e segurança, características da modernidade urbanística, tornam-se incompatíveis com a complexidade crescente dos desafios do Antropoceno e com as formas múltiplas e reais de habitar o território

Essa insuficiência não se limita à prática do urbanismo moderno e funcionalista, mas se estende a abordagens críticas como o urbanismo sustentável, regenerativo ou climático. Apesar dos avanços normativos e ambientais, essas correntes ainda operam sob uma racionalidade técnico-

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

gerencial que mantém a ontologia moderna como fundamento (AHERN, 2011; BEATLEY, 2011; GIRARDET, 2008). A sustentabilidade é muitas vezes tratada como um ideal de eficiência, a regeneração como protocolo mensurável, e a ecologia como estratégia de adaptação, sem ruptura com a lógica de separação natureza-cultura.

Segundo Escobar (2018), o problema está menos na técnica em si e mais no modo de existência moderno, que estrutura o pensamento urbanístico, convertendo o território em recurso e a cidade em objeto de intervenção. Nesse liame, é urgente descolonizar a metafísica do espaço urbano e propor outra maneira de pensar e praticar o urbano.

Propõe-se, assim, a abertura a um urbanismo ontológico ou, conforme a formulação de Harman (2018; 2023), um urbanismo orientado a objetos, uma inflexão paradigmática que reconfigura profundamente as práticas e teorias do urbano, com repercussões epistemológicas, metodológicas, técnicas e políticas. Inspirado por ontologias relacionais e insurgentes contemporâneas (LATOUR, 1994; 2020; STENGERS, 2015; ESCOBAR, 2018; MORTON, 2007; 2013; 2023), esse urbanismo desloca o foco da gestão técnica da cidade para uma abordagem baseada na escuta dos territórios, no reconhecimento da agência de múltiplos seres e na articulação ética entre mundos heterogêneos.

Assim, este artigo tem o objetivo de mapear pontos teóricos relevantes para a sustentação dessa proposta, articulando uma crítica ao urbanismo moderno, analisando exemplos empíricos que evidenciam seu esgotamento e, propondo, ao final, uma alternativa conceitual e metodológica para pensar e praticar o urbanismo como campo de coemergência entre ontologias diversas e plurais.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem teórico-conceitual de caráter qualitativo, baseada em revisão crítica da literatura e reflexão epistemológica situada. A argumentação articula uma análise genealógica do urbanismo moderno, evidenciando seus fundamentos ontológicos e formulando a proposta de um urbanismo orientado a objetos, como um deslocamento paradigmático.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A análise articula referências teóricas com experiências empíricas de territórios em situações urbanas-limite, mobilizadas como indícios de outras ontologias, expressas em práticas de resistência, reterritorialização e cuidado.

Adota-se, por fim, uma perspectiva cartográfica, no sentido proposto por Rolnik (1989), que compreende o território como campo de forças, afetos e disputas. Essa abordagem orienta a escuta de relações vivas e modos de existência silenciados pela racionalidade moderna. Práticas como as cartografias emocionais de Nold (2009) reforçam essa direção ao evidenciar dimensões subjetivas e coletivas da experiência urbana. Essa orientação metodológica fundamenta a análise proposta, centrada na leitura do urbano como ecossistema relacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. O URBANISMO MODERNO COMO METAFÍSICA EM ATO

O urbanismo moderno atua para além da aplicação de ferramentas técnicas, normativas e operacionais. Seus resultados ressoam como metafísica em ato, aplicada, que territorializa uma forma específica de pensar, representar e governar a cidade. Conforme Latour (1994), a modernidade instituiu uma “metafísica da purificação”, baseada na separação entre natureza e cultura, sujeito e objeto, razão e afeto, dicotomias que estruturam não apenas o pensamento ocidental, mas estão profundamente imbricadas nas práticas de produção do espaço urbano.

Ao operar por essa ontologia dualista, o urbanismo moderno traduz o território em categorias técnicas - lote, solo, via, uso, função, zoneamento - transformando o espaço urbano em um objeto abstrato e absolutamente controlável. Esse processo apaga relações vivas, saberes locais e agências múltiplas, imputando uma lógica de gestão sobre realidades heterogêneas. Essa metafísica ecoa a crítica lefebvriana à abstração do espaço homogêneo (LEFEBVRE, 1992), no qual a cidade é reduzida a um plano técnico que nega sua multiplicidade vivida.

Nesse paradigma urbanístico, o planejador urbano assume o papel de agente normativo, investido de autoridade para estruturar e disciplinar o espaço citadino. Tal abordagem consagra uma visão antropocêntrica radical, na qual o humano se erige como único sujeito capaz de impor

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:



CNPq



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

racionalidade e ordem à morfologia urbana. Como destaca Paulo Mendes da Rocha (2004, p.31):

(...) Com o vento e o fogo conseguimos tornar maleável o ferro e produzir a ferradura para o cavalo. Ou seja: transformamos o cavalo em máquina. Veja a genealogia da imaginação. É a fábrica, a forja, a máquina, a casa! É tudo arquitetura. A natureza não é habitável, é uma droga, um inferno com vulcões e tsunamis e outros fenômenos. Um de nós não sobrevive 15 dias na floresta. Transformar a natureza e torná-la habitável: eis a questão da arquitetura. Portanto, a arquitetura não contribuiu para o processo de civilização, ela é esse processo.

Essa racionalidade técnico-normativa é sustentada por um aparato institucional e epistemológico que se expressa em legislações, planos diretores, mapas, índices e regulamentos urbanísticos, os quais não apenas organizam a cidade, mas cristalizam um único modo de conceber e intervir no espaço urbano. De acordo com as lições de Santos (2006), o território não é apenas um suporte físico, mas uma realidade densa e relacional, constituída por formas e ações inseparáveis, atravessada por memória, conflito e intencionalidade.

Para além dos planos urbanísticos formais, a produção do espaço urbano emerge de complexas interações entre forças econômicas, dinâmicas políticas, condicionantes técnicas e pressões ambientais. É absolutamente inerente a estes processos uma compreensão da realidade que reflete o eixo estrutural da constituição dos modernos (LATOUR, 1994). Essa bifurcação metafísica se materializa em práticas espaciais excludentes - desde a segregação socioespacial (CALDEIRA, 2000) até formas sutis de violência simbólica que perpetuam hierarquias urbanas. Tal paradoxo foi amplamente documentado por Rolnik (2015) em sua análise da “guerra dos lugares”, onde mesmo processos aparentemente orgânicos terminam por reforçar dicotomias entre centro/periferia, formal/informal, incluído/excluído.

Portanto, este artigo defende a ideia de que o urbanismo moderno deve ser compreendido como expressão espacial de uma ontologia dominante e transversal, que se perpetua nas instituições públicas, na formação profissional e nos imaginários sociais sobre o que é “planejar”.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:



CNPq



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

2. O COLAPSO DA CIDADE MODERNA E O “URBANISMO DO VALE INSÓLITO”

A lógica subjacente ao urbanismo moderno pode ser compreendida como a materialização de uma metafísica ocidental bifurcada, típica da modernidade, cuja principal operação consiste no enclausuramento do “natural” sob os domínios do “cultural” (WHITEHEAD, 1993; LATOUR, 1994). Essa metafísica, embora frequentemente velada sob discursos técnicos ou funcionais, se materializa concretamente nas práticas urbanísticas.

Tais discursos revelam-se cada dia menos capazes de lidar com as complexidades do presente. A intensificação da crise climática, o colapso de infraestruturas urbanas, as desigualdades socioespaciais e os conflitos por território escancaram a falência deste paradigma. Como aponta Stengers (2015), a modernidade criou um “tempo das catástrofes”, no qual os próprios sistemas técnicos tornam-se agentes de colapso.

Essa violência segregadora encontra sua expressão mais clara no que Morton chama de *vale insólito*. Para Morton (2013), o *vale insólito* representa o espaço de encontro assimétrico entre humanos e não-humanos, onde diferenças ontológicas são hierarquizadas pelo antropocentrismo. Sua superação exigiria a transição para uma *planície espectral*, domínio de coexistência não hierárquica entre entes diversos.

Tomando tal constructo como base, seria perfeitamente possível identificar o papel do urbanismo e o planejamento urbano modernos na produção dessa paisagem ontológica assimétrica, ora intensificando o estranhamento e a disjunção relacional que caracterizam o vale insólito, ora estabilizando sobre ele platôs tecnoracionais igualmente hierárquicos, que mantêm a cisão ontológica sob formas mais sutis e institucionalizadas.

O “vale insólito” configura-se como dispositivo analítico que desvela a contradição estrutural da urbanização moderna: um processo que simultaneamente constrói e é corroído por suas próprias fissuras. O funcionamento da máquina urbana engendra uma contradição estrutural: enquanto seus mecanismos técnicos de ordenamento (planos diretores, modelos de gestão de risco e arcabouços legais) naturalizam hierarquias espaciais sob o véu da racionalidade técnica, nas fissuras desse mesmo sistema emergem arranjos espaciais que subvertem sua lógica interna.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Essa dialética paradoxal ecoa, de maneira quase caricatural, o processo descrito por Latour (1994), no qual o projeto moderno, em seu esforço contínuo de purificação, acaba por gerar profusão de híbridos que desafiam suas categorias estabelecidas.

O vale insólito, assim, transcende sua condição metafórica para se afirmar como operador material-conceitual que revela a natureza paradoxal do urbano contemporâneo, ou um espaço que precisa constantemente de suas próprias crises para se reproduzir, gerando em seu bojo os monstros que simultaneamente nega e dos quais depende. Neste sentido, a cidade moderna mostra-se como um hiperobjeto mortoniano (Morton, 2013), uma entidade cuja totalidade escapa à apreensão imediata, mas cujos efeitos contraditórios se fazem sentir em todas as escalas da experiência urbana.

A falência do urbanismo moderno não é apenas técnica, mas ontológica. A cidade do colapso torna-se o sintoma de que múltiplos mundos insistem em existir.

2.1 Casos ilustrativos da emergência do *urbanismo do vale insólito*

Se tal premissa é válida, seria plenamente possível articular tais ideias à efeitos materiais se revelam com nitidez em diversos territórios brasileiros. Os casos a seguir exemplificam como a tentativa de impor ordem e controle sobre a natureza desencadeia, paradoxalmente, catástrofes, exclusões e violências estruturais. Cumpre destacar que, embora parte dos casos brevemente descritos derive de operações de planejamento urbano historicamente situadas, a matriz lógica que os fundamenta revela notável persistência. O paradigma da intervenção purificadora mantém-se inalterado enquanto tecnologia biopolítica, convertendo o gesto ordenador em mecanismo contínuo de geração de externalidades espaciais violentas e assimetrias constitutivas.



Belém

Foto: Raimundo Paccó/SUMAÚMA

A destruição dos igarapés e a transformação dos povos da floresta em pobres da cidade

A canalização dos igarapés transformou rotas vivas em valas ocultas sob avenidas. O apagamento desses cursos d'água implicou também o deslocamento dos modos de vida ribeirinhos, deslegitimados pela lógica urbana dominante. O que era ecossistema simbiótico virou entulho — e a floresta, população urbana empobrecida.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**



Manaus

Foto: Alberto César Araújo/Amazônia Real

Zona Franca como "zona de sacrifício" – natureza como mero recurso em pleno coração da Amazônia / novas centralidades / produção do espaço urbano segregado

A Zona Franca converteu a floresta em infraestrutura, substituindo territórios vivos por lógicas produtivas. A ausência de políticas urbanas compatíveis resultou em periferias desconectadas e vulneráveis. A cidade expandiu-se à margem da vida, onde a natureza foi reduzida a obstáculo ou passivo.



São Paulo

Foto: Reprodução/TV Globo

A subjugação do rio Tietê

O Rio Tietê foi canalizado e submetido à lógica da engenharia, apagado como ente e convertido em dispositivo funcional. No entanto, ele insiste em retornar: transborda, inunda, contamina — expondo os limites do pacto moderno de dominação técnica.



Brasília

Foto: Cayambe, Wikipedia

Cidade projetada marco de um processo emblemático de violência ontológica - separação radical entre humano/não-humano

Planejada como ideal de racionalidade moderna, Brasília impôs sobre o cerrado uma geometria abstrata, apagando territórios e saberes anteriores. A cidade exemplifica a violência ontológica do urbanismo que separa, classifica e silencia em nome da ordem.



Rio Grande do Sul

Foto: Ricardo Stuckert / PR

As cheias de 2024/2025 e a ilusão do controle do insubmisso

As enchentes de 2024 e 2025 desmentiram o mito do controle territorial. Projetos centrados na impermeabilização e na domesticação dos rios colapsaram diante das águas, que retornaram como força insubmissa — desvelando o fracasso da cidade moderna em reconhecer a ecologia do território.

3. Fundamentos para um urbanismo orientado à objetos

As expressões do “urbanismo do vale insólito” revelam, além do colapso da cidade moderna, a emergência de práticas territoriais que resistem à normatividade planejadora e aos novos, complexos e violentos desafios impostos pelo “novo regime climático” (LATOUR, 2020).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Evidenciando não somente a insuficiência das ferramentas técnicas convencionais, mas a vitalidade de outros modos de habitar, cuidar e compor o urbano.

Dessa análise, depreende-se a necessidade de uma transformação radical, que não se satisfaça com ajustes cosméticos ou com a retórica assimilável ao liberalismo ("urbanismo adaptativo", "ecológico" ou "sustentável", etc), incapaz de questionar as estruturas produtoras de assimetrias. O que está em jogo não é apenas *como* planejamos, mas *o que* entendemos por cidade, território, relação e presença. Assim, superar esse paradigma exige mais do que inovação técnica, exige a disrupção do pensamento urbanístico, exige uma virada ontoepistêmica, nos termos de Barad (2003), capaz de abrir espaço a práticas urbanas orientadas por escuta de mundos diversos e à coabitação entre ontologias plurais.

Propõe-se, então, o que poderia ser chamado de urbanismo orientado à objetos (UOO), que considera criticamente o campo do urbanismo contemporâneo. A orientação a objetos parte da proposta de Harman (2018; 2023), que compreende objetos como entidades autônomas, irreduzíveis e nunca plenamente acessíveis, que existem independentemente de como os humanos os percebem ou usam. Em Harman, tudo é objeto (humanos, sociedades, instituições, não humanos, elementos naturais, culturais, tecnológicos, reais, religiosos, fictícios, etc). Objetos se relacionam e, neste processo, produzem resultados concretos no mundo. Nenhum tipo de relacionamento reduz o objeto a qualquer outra coisa.

Este UOO emerge como proposta radical que reconcebe a tessitura urbana como uma constelação de entidades autônomas, onde edifícios, infraestruturas, ecossistemas, tecnologias e coletivos humanos e não-humanos coexistem como atores ontologicamente equipotentes, cujas interações não obedecem a hierarquias pré-estabelecidas. Nesta perspectiva, a cidade deixa de ser compreendida como mero palco da ação humana para ser abordada como ecologia de objetos que mantêm reservas de alteridade irreduzíveis. Ou seja, o rio urbanizado não se reduz a recurso hídrico, mas persiste como hiperobjeto com agência imprevisível. Tal abordagem desestabiliza os dualismos convencionais (natureza/cultura, sujeito/objeto) ao demonstrar como o espaço urbano resulta de negociações contínuas entre existentes heterogêneos, cujas relações produzem efeitos sem jamais esgotar as possibilidades de cada objeto. Aqui, o planejamento urbano se transforma em prática de mediação ontológica, que

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:



CNPq



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

deve lidar não apenas com conflitos sociais, mas com a opacidade fundamental de todos os atores envolvidos, desde as camadas geológicas sob o asfalto até os algoritmos que regulam a mobilidade.

É relevante destacar como tal proposta descola de outras vertentes que, mesmo relevantes, operam dentro de lógicas funcionalistas. O urbanismo sustentável, por exemplo, embora articule indicadores ecológicos, permanece performativo e tecnocrático (AHERN, 2011) e não supera a dualidade natureza-cultura. O urbanismo ecológico, apesar do discurso de integração sistêmica, tende a reduzir a natureza a um recurso técnico voltado à performance urbana (MOSTAFAVI; DOHERTY, 2010). O regenerativo, mesmo ao evocar vitalidade e conexão com o lugar, ainda concebe a cidade como um artefato a ser corrigido (MANG; REED, 2012). Já o urbanismo climático, ao focar na resiliência frente a riscos, frequentemente reforça abordagens técnico-gestoras que desconsideram a diversidade ontológica dos territórios (DAVOUDI, 2007).

Essa disrupção proposta, em certa medida, dialoga com críticas já postas por Jacobs (1961), que entendia a cidade como um organismo vivo e complexo. Segundo ela, as questões urbanas não podiam ser plenamente resolvidas por meio de um planejamento centralizado e padronizado. Nesse sentido, antecipa o que aqui se propõe como um urbanismo sensível à multiplicidade das formas de vida, em contraponto à imposição de uma ordem homogênea sobre realidades.

A cartografia das relações, como ferramenta para o UOO, deve incorporar as lições de Lynch (1960, 1981) sobre percepção urbana e diversidade de modos de vida, articulando-as à visão de Santos (2002) do território como campo de forças materiais e simbólicas. Nessa síntese, o espaço urbano emerge não como pano de fundo, mas como sujeito coletivo onde “desembocam todas as ações, paixões e forças” (SANTOS, 2002, p.17), exigindo um urbanismo que transcenda a racionalidade instrumental para acolher coexistências plurais.

Na mesma direção, Harman (2018), a partir da ontologia orientada a objetos, defende que todo ente - inclusive o território - possui uma realidade que excede sua utilidade ou visibilidade. Assim, o território não é apenas o que o humano mede ou manipula, mas também aquilo que resiste a qualquer forma de captura técnica e permanece sempre aberto e irreduzível.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:



CNPq



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Assim, este UOO não busca melhorar essas abordagens, mas deslocar o próprio estatuto do urbano. Entende a cidade como composição situada, permeada por memórias, conflitos, ancestralidades e cosmologias em disputa. O urbanista deixa de ser gestor de formas para se tornar mediador ontopolítico, alguém que escuta, traduz e cuida das relações que fazem o território existir.

Portanto, planejar não é mais impor coerência, mas mediar mundos. Neste liame, em contraponto à morfologia clássica de Lamas (1993), que organiza o urbano com base em elementos técnico-normativos, sugere-se uma reinterpretação ontológica desses componentes:

Elementos do Urbanismo	Reinterpretação Ontológica (UOO)
Solo	Hiperobjeto geo-bio-político: entidade com camadas de tempo geológico, colonial e comunitário que resistem à captura cartográfica
Lote	Objeto de fronteira agonística: interface onde normas jurídicas, fluxos informais e dinâmicas ecológicas colidem. Simultaneamente segrega e se deforma frente a ecologias informais
Logradouro (rua, calçada, etc.)	Plataforma de intra-ações: onde humanos, animais, vegetais e infraestruturas negociam diariamente urbanidades emergentes
Edificação	Objeto estratificado: Expressão de modos de vida, práticas culturais e resistência simbólica. Acomoda táticas de reapropriação não previstas em projetos
Espaço público/privado	Fronteira vibrátil: zona de indeterminação onde normas e transgressões coproduzem realidades espaciais.
Forma urbana	Palimpsesto de disputas ontológicas: resultado instável de coemergências entre forças geológicas, institucionais e comunitárias

Por fim, a ruptura ontoepistemológica proposta pelo UOO alinha-se com o conceito de geogovernança, um modelo de gestão territorial que, através do diálogo colaborativo entre múltiplos atores, busca alcançar consensos espaciais (DUBUS; HELLE; MASSON-VINCENT, 2010; SILVA, 2024). Ancorada nos princípios da participação, transparência e colaboração, torna-se uma ferramenta ontopolítica, capaz de articular a construção de cartografias colaborativas baseadas na partilha de conhecimentos, afetos e sentidos do lugar. Como afirmam Masson-Vincent et al. (2012), trata-se de uma governança *em, para e pelos territórios*, baseada

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

em métodos de análise espacial acessíveis e orientada à construção de um conhecimento compartilhado, um caminho promissor para a coemergência de práticas urbanas pluriontológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica ao urbanismo moderno desenvolvida ao longo deste artigo revela que suas estruturas teóricas e instrumentais não apenas falharam em responder às crises urbanas contemporâneas, como também contribuíram ativamente para sua produção. Sustenta desigualdade, colapsos e violências cotidianas, revelando-se insuficiente frente à complexidade dos territórios, especialmente em um tempo extremo de crises encadeadas e estabilizadas.

O chamado “urbanismo do vale insólito” evidência este colapso, o qual a lógica moderna aplicada se dissolve sob a pressão do real. Contudo, nestes territórios colapsados também germinam práticas insurgentes e modos outros de existência e resistência (humanos e não-humanos), que desafiam a dominialidade do planejamento convencional, mostrando com imprescindível o repensar sobre o urbano, não somente sobre sua morfologia e modos de fazer, mas como relação, cuidada e coabitação.

Diante disso, propomos pensar este UOO não como mais uma vertente entre as muitas que disputam o campo, mas como uma ruptura epistêmica e ética com os fundamentos do urbanismo enquanto técnica moderna. Em vez de planos que normatizam o futuro, o UOO propõe cartografias do presente, abertas à imprevisibilidade, à justiça territorial e à regeneração das condições de habitar. Trata-se de um convite a desaprender as fórmulas da ordem e reaprender a escutar os mundos que insistem em existir apesar das normativas que os invisibilizam.

Portanto, mais do que propor soluções, o UOO afirma a urgência de abrir-se ao imprevisível, planejando sem sucumbir aos modelos preditivos tradicionais do comando-e-controle do ordenamento territorial ortodoxo, considerando as múltiplas agências, as cosmologias silenciadas e as redes de cuidado que sustentam a vida urbana. Assim, a cartografia das relações, ao mapear o presente de modo situado e atento aos mundos invisibilizados pela lógica dominante, torna-se um gesto político, ético e ecológico.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:



CNPq



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Ademais, no Antropoceno, as práticas do urbanismo não podem mais estar galgadas nos preceitos dos modernos, nos quais planejar era basicamente sinônimo de ordenar. Essencialmente, precisam ser compreendidas como ato de escuta, mediação e regeneração entre mundos. Desse modo, cabe recolocar a questão basilar: como pensar e executar um urbanismo capaz de coexistir com o mundo, e não de substituí-lo? Este UOO emerge então, não como uma resposta pronta, ou um manual a ser seguido, mas, sobretudo, como um campo vivo de experimentação, escuta e reinvenção coletiva, na busca por reequilibrar as complexidades e contradições que atravessam os territórios.

Referências

AHERN, J. From fail-safe to safe-to-fail: Sustainability and resilience in the new urban world. *Landscape and Urban Planning*, v. 100, n. 4, p. 341–343, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2011.02.021>

BARAD, K. Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v. 28, n. 3, p. 801–831, 2003. DOI: [10.1086/345321](https://doi.org/10.1086/345321).

BEATLEY, T. *Biophilic cities: integrating nature into urban design and planning*. Washington, DC: Island Press, 2011.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 1. ed. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000. 399 p.

DAVOUDI, S. Climate change and planning: The critical role of resilience. *Built Environment*, v. 33, n. 3, p. 287–290, 2007. DOI: 10.2148/benv.33.3.287.

DUBUS, Nathalie; HELLE, Cécile; MASSON-VINCENT, Michelle. De la gouvernance à la géogouvernance: de nouveaux outils pour une démocratie locale renouvelée. *L'Espace Politique. Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique*, n. 10, 2010.

ESCOBAR, A. *Designs for the pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds*. Durham: Duke University Press, 2018. ISBN 978-0-8223-7076-3

GIRARDET, H. *Cities, people, planet: urban development and climate change*. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2008.

HARAWAY, D. J. *Ficar com o problema: fazer parentes no chthluceno* / Donna J. Haraway ; tradução de Ana Luiza Braga. — 1. ed. — São Paulo : N-1 Edições, 2023. 364 p. ISBN 978-65-81097-58-5.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:



CNPq



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

HARMAN, G. O objeto quádruplo: uma metafísica das coisas depois de Heidegger. Tradução Tiago Pinho. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2023. Título original: The quadruple object (2011). ISBN 978-85-7511-599-2.

HARMAN, G. Object-oriented ontology: a new theory of everything. London: Pelican Books, 2018. ISBN 978-0241269152.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. Tradução de Cristina Cavalcanti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LAMAS, J. M. S. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LATOUR, B. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno*. Tradução Maryalua Meyer. Coleção Exit. Rio de Janeiro: Ubu Editora / Ateliê de Humanidades Editorial, 2020. Título original: *Face à Gaia: Huit conférences sur le nouveau régime climatique* (2015). ISBN 978-65-86497-05-2.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Tradução Carlos Irineu da Costa. Coleção Trans. São Paulo: Editora 34, 1994. Título original: *Nous n'avons jamais été modernes - essai d'anthropologie symétrique* (1991). ISBN 978-85-7326-739-6.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Tradução: Donald Nicholson-Smith. Oxford: Wiley-Blackwell, 1992. Título original: *La production de l'espace* (1974). ISBN 978-0-631-18177-4.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Título original: *The image of the city* (1960). ISBN 978-85-336-0171-4.

LYNCH, K. *A theory of good city form*. Cambridge, MA: MIT Press, 1981. ISBN 978-0-262-12085-6.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MANG, P.; REED, B. Designing from place: A regenerative framework and methodology. *Building Research & Information*, v. 40, n. 1, p. 23–38, 2012. DOI: 10.1080/09613218.2012.621341.

MORTON, T. *Ecology without nature: rethinking environmental aesthetics*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

MORTON, T. *Hyperobjects: philosophy and ecology after the end of the world*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013. ISBN 978-0816689231.

MORTON, T. *Ser ecológico*. Tradução Maíra Mendes Galvão. São Paulo: Quina Editora, 2023. Título original: *Being ecological* (2018). ISBN 978-65-997952-4-4.

MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. (org.). *Ecological urbanism*. Cambridge: Harvard University Graduate School of Design; Lars Müller Publishers, 2010.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:



CNPq



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

NOLD, C. *Emotional cartography: technologies of the self*. London: Christian Nold Publishing, 2009.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SANTOS, M. *O dinheiro e o território*. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K.; SILVA, Carlos Alberto Franco da; et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002. p. 15–20.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, A. O. Geogovernança em cidades inteligentes: inovações disruptivas e a ciência cidadã aplicadas à construção da inteligência territorial. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2024.

STENGERS, I. *No tempo das catástrofes : resistir à barbárie que se aproxima* / Isabelle Stengers; tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. – 1. ed. – São Paulo : UBU Editora, 2015. – 160 p.

STENGERS, I. *Another science is possible: a manifesto for slow science*. Cambridge: Polity Press, 2018.

Vincent, M. M., Dubus, N., Bley, D., Voiron, C., Helle, C., Cheylan, J. P., ... & Piot, J. Y. (2012). La Géogouvernance: un concept novateur?. *Cybergeog: European Journal of Geography*.

WHITEHEAD, A. N. O conceito de natureza. Tradução de Júlio B. Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1. ed., 1993. 248 p.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:



CNPq